



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS (DCHIII)
JORNALISMO EM MULTIMEIOS

ESCOLAS PLURAIS: GÊNERO E DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO

JUAZEIRO/BA
JULHO - 2024

KATELLYN NATÁLIA TAVARES NASCIMENTO

ESCOLAS PLURAIS: GÊNERO E DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO

Memorial apresentado como requisito para obtenção de grau em Bacharel em Jornalismo em Múltiplos Meios, pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

Orientadora: Prof.^a Dra. Andréa Cristiana Santos (UNEB)

Examinadora: Prof.^a Dra. Teresa Leonel Costa (UNEB)

Examinador: Andrey Anthony C. R. M. Cruz (Prefeitura de Juazeiro-Bahia)

JUAZEIRO/BA
JULHO - 2024

AGRADECIMENTOS

É com um misto de medo, alívio e gratidão que finalizo este trabalho de conclusão de curso. Foram muitos desafios e autossabotagens finalmente superados. Cada obstáculo vencido foi possível graças ao suporte e incentivo que recebi ao longo desta jornada acadêmica, em especial aos incentivos da minha orientadora Andréa Cristiana Santos. Neste percurso, ela batalhou por mim mais do que eu mesma pude, e insistiu em me ver saindo da universidade para exercer o que eu já vinha praticando com toda a propriedade que eu adquiri ao longo do curso.

À minha família e amigos, o meu agradecimento pelo apoio e por sonharem esse sonho comigo, por compreender os meus silêncios e nem tanto os meus estresses, mas permanecerem me incentivando e elogiando a cada passo que consegui avançar nessa jornada.

Aos meus entrevistados: Andrey, Greice, Luhara e Paula, que contribuíram com o seu tempo e conhecimento para que a minha ideia se concretizasse no papel e nas ondas sonoras deste podcast, vocês não têm noção do quanto enriqueceram o meu trabalho e ampliaram minha percepção sobre esse tema.

À Carla Paiva, professora e membro da Comissão de TCC, obrigada pelo acolhimento e as palavras de tranquilidade no ápice de todo este meu tempo na UNEB: a hora de apresentar o TCC. Poder conversar minutos antes da apresentação, assumindo o meu nervosismo, e receber de volta palavras de conforto e incentivo fizeram a diferença.

À Teresa Leonel e Andrey Anthony, membros avaliadores deste Trabalho de Conclusão de Curso, é imensurável o sentimento que vocês me transmitiram após a banca, e o quanto eu fui abraçada pelas palavras ditas por vocês dois. Vocês e Andréa perceberam em mim e no meu trabalho uma coisa que eu não conseguia enxergar, e fizeram questão de demonstrar.

Enfim, que este trabalho represente não apenas o fim de uma etapa, mas o início de novos caminhos e conquistas. Que com ele eu possa continuar aprendendo, evoluindo e contribuindo para a minha profissão e para a sociedade, e que ele sirva de aprendizado para outras pessoas também!

RESUMO

O presente memorial relata o referencial teórico e as etapas de elaboração do Projeto Experimental “Escolas Plurais: Gênero e Diversidade na Educação”, que aborda a temática de gênero e diversidade no ambiente educacional, conforme proposto nos Planos Nacional e Municipal de Educação (2014-2024). O produto pretende ainda compreender as experiências de estudantes LGBTQIAPN+ nesse ambiente, as dificuldades e experiências exitosas de combate à discriminação. Para isso, foi utilizado o método qualitativo de pesquisa, focado na coleta de dados a partir da revisão bibliográfica, pesquisa documental e com entrevistas semiestruturadas com pesquisadores da temática e representantes de movimentos sociais. Por fim, este trabalho traz como resultado a necessidade de promover a discussão de políticas educacionais para a população LGBTQIAPN+, no sentido de construir um ambiente educacional cuidadoso e respeitoso para essa comunidade.

Palavras-chave: Podcast jornalístico; LGBTQIAPN+; Gênero; Educação; Diversidade.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. JUSTIFICATIVA	12
3. OBJETIVOS	14
3.1. GERAL	14
3.2. ESPECÍFICOS.....	14
4. REFERENCIAL TEÓRICO	15
4.1 ESTUDOS DE GÊNERO X ESTUDOS <i>QUEER</i>	15
4.2. GÊNERO E EDUCAÇÃO	16
4.3 PNE x PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DA BAHIA.....	19
5. PERCURSO METODOLÓGICO	22
6. DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO EXPERIMENTAL	24
6.1 EXPLICANDO O SUPORTE JORNALÍSTICO.....	24
6.2 COLETA DE DADOS	25
6.3 DESCRIÇÃO DO PRODUTO	27
6.3.1 <i>O podcast</i>	27
6.3.2 <i>Identidade Visual</i>	28
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
8. REFERÊNCIAS	32
9. APÊNDICES	35
APÊNDICE 1 – FICHA TÉCNICA.....	35
APÊNDICE 2 – TEASER ESCOLAS PLURAIS.....	36
APÊNDICE 3 – ROTEIRO EP 1 “ABC LGBT”.....	38
APÊNDICE 4 – ROTEIRO EP 2 “ESCOLA PLURAL”	41
APÊNDICE 5 – ROTEIRO EP 3 “DESCONSTRUINDO O FUTURO”	45
APÊNDICE 6 – IDENTIDADE VISUAL DO PODCAST.....	49

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, foi possível verificar a importância de discutir em todos os segmentos sociais a representatividade da comunidade LGBTQIAPN+, sigla de um movimento social para abranger a representatividade das identidades de gênero e orientações sexuais, contemplando pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis, queer, intersexo, assexual e pansexual. A sigla ainda envolve demais identidades e expressões de gênero que não se encaixam no padrão cis heteronormativo e que não estão representados nas letras anteriores.

Para maior compreensão da definição de cada letra que compõe a sigla LGBTQIAPN+, o Projeto Diversifica UFSC¹ (LGBTQIAPN, 2021) resume da seguinte forma:

LÉSBICAS: são mulheres que sentem atração sexual/romântica por pessoas do mesmo gênero (mulheres/feminino).

GAYS: são homens que sentem atração sexual/romântica por pessoas do mesmo gênero (homens/masculino).

BISSEXUAIS: são pessoas que sentem atração sexual/romântica por mais de um gênero.

TRANSEXUAIS: são pessoas que não se identificam com o gênero atribuído em seu nascimento, isto é, a transexualidade se refere à identidade de gênero oposta ao sexo físico biológico, utilizado tanto para identidades masculinas (transmasculino), quanto femininas (transfeminina).

TRAVESTIS: são pessoas que nasceram com determinado sexo, atribuído culturalmente ao gênero considerado correspondente pela sociedade, mas que passa a se identificar e construir nela mesma o gênero oposto.

QUEER: são pessoas que não se identificam com os padrões de heteronormatividade impostos pela sociedade e transitam entre os “gêneros”, sem necessariamente concordar com tais rótulos.

INTERSEXUAIS: são pessoas que possuem variações biológicas não binárias. Isto é, a intersexualidade está relacionada às características sexuais biológicas, diferente da orientação sexual ou da identidade de gênero. Uma pessoa intersexo pode ser hétero, gay, lésbica, bissexual ou assexual, e pode se identificar como mulher, homem, ambos ou nenhum.

ASSEXUAIS: são pessoas com ausência total, parcial, condicional ou circunstancial de atração sexual. A assexualidade é um termo guarda-chuva que engloba aromânticos, românticos, homoromânticos, heteroromânticos, biromânticos, panromânticos, demissexuais, entre outros.

PANSSEXUAIS: são pessoas que possuem atração sexual/romântica por pessoas independentemente do sexo ou gênero das mesmas.

NÃO-BINÁRIE: são pessoas que não se identificam no padrão binário de gênero. A não-binariedade é um termo guarda-chuva, e engloba as identidades e expressões de gênero que fogem ao binarismo, como por exemplo agênero, gênero fluido, entre outros.

¹ O Projeto Diversifica UFSC faz parte da Coordenadoria de Diversidade Sexual e Enfrentamento da Violência de Gênero na Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Equidade na Universidade Federal de Santa Catarina.

+ : é utilizado para incluir outros grupos e variações de gêneros e sexualidades, dado que a sigla está em constante mudança, como por exemplo a panssexualidade e a não-binariedade. (UFSC, 2021)

Mais do que uma sigla, a comunidade LGBTQIAPN+ representa um coletivo da sociedade civil que une pessoas com interesses, demandas e valores similares em busca de transformação social (Gohn, 2007). Portanto, compreende-se que a comunidade LGBTQIAPN+ faz parte de um movimento social pelo seu histórico de lutas e conquistas de direitos, resultado de uma intensa interação entre diversos atores e instituições que colocam em pauta os processos identitários, de pertencimento e de visibilidade (Terto e Souza, 2015).

Estudiosos da temática de gênero consideram que o processo identitário não está relacionado ao processo biológico, mas a visão de si e a forma de se expressar. Para Jesus (2012a), o sexo é considerado biológico, já gênero é uma categoria social. Nesse sentido, Gohn (2007) considera que o movimento social desempenha um papel fundamental na busca por igualdade e justiça social. Deste modo, a comunidade LGBTQIAPN+ no Brasil tem sido protagonista de um movimento que luta pela visibilidade, direitos e dignidade. A representatividade, neste quesito, amplifica as vozes daqueles que são marginalizados e invisibilizados. Para Butler (2003b), a representatividade traz a importância de reconhecer e valorizar a multiplicidade e fluidez de identidades e experiências, e a necessidade de desafiar e perturbar a narrativa dominante do que é considerado normal ou legítimo.

As noções de representação e representatividade são complexas e abrangentes dentro dos próprios movimentos e minorias sociais, e como dito anteriormente, no regime da visibilidade contemporânea em que vivemos, mais que viver a identidade com a qual se define, ser visto também é considerado ato político, uma alternativa para pressionar instâncias governamentais por mais direitos e políticas de igualdade, para garantir a dignidade humana de grupos sociais que são cotidianamente esquecidos e silenciados.

Para uma sociedade de heterossexualidade compulsória a busca por essa visibilidade se torna desnecessária. Rich (1980) define a heterossexualidade compulsória como normas sociais invisíveis que instituem a heteronormatividade como padrão único e idealizado, isto é, uma espécie de regime político que mantém o acesso de homens aos corpos e capacidades de mulheres - intelectuais, laborais e reprodutivas, impostas a partir do conceito do homem, de núcleo familiar, de monogamia e da naturalização da objetificação da mulher como categoria reprodutiva.

Rich (1980) argumenta que é importante desafiar e resistir à heteronormatividade compulsória, e propõe que a liberdade sexual e de identidade é um direito fundamental de

todos os indivíduos, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero. É importante ressaltar que existe uma diferença entre gênero e identidade de gênero. Na teoria de Butler (2003b) o primeiro é um ato performativo enquanto o último está relacionado à experiência subjetiva de identificação com uma norma de gênero particular. Ou seja, o gênero é uma construção social que se repete e se realiza, enquanto a identidade de gênero é uma experiência subjetiva que resulta da internalização de tais normas.

Por seguir estes padrões, há sempre na sociedade uma suposição automática de que as pessoas são heterossexuais, ignorando outras orientações sexuais e identidades de gênero, sendo opressivo para pessoas que não se encaixam nos padrões heteronormativos. Um dos principais embates entre a heterossexualidade compulsória e as questões de gênero é a aplicação de determinadas “normas” sociais. Por exemplo, indivíduos gays e lésbicas estão frequentemente sujeitos às penalidades sociais negativas porque sua orientação sexual não se alinha com as normas tradicionais de gênero, tão idealizadas pela heterossexualidade. A orientação sexual é usada para impor os papéis feminino ou masculino e limitar as possibilidades de identidades e expressões de gênero que fogem desse padrão compulsório.

Pelo exposto, falar sobre gênero em espaços educacionais é fundamental para educar as pessoas visando construir uma sociedade mais igualitária, que enfrente as inúmeras desigualdades, discriminações e violências que prejudicam e destroem a vida de tantas pessoas. Para ampliar a discussão dentro do ambiente escolar, em 1996, o Ministério da Educação acrescentou aos seus Parâmetros Curriculares Nacionais a orientação sexual como um tema transversal. As diretrizes, que eram então propostas pelo Ministério, exigiam que as questões de gênero e sexualidade tratadas no âmbito escolar estivessem afinadas com as teorizações contemporâneas. No ano de 2003, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação criou o 23º Grupo de Estudos Gênero, Sexualidade e Educação, tendo em vista que o número de produções acadêmicas começava a revelar “a impossibilidade de se ignorarem relações de gênero e sexualidade quando se busca analisar e compreender questões sociais e educacionais” (Meyer; Ribeiro; Ribeiro, 2004, p. 1)².

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, formulado em 2007, reforça o papel do Estado Brasileiro na execução de políticas públicas para a construção de uma sociedade isonômica, garantindo o respeito à diversidade.

[...] a educação contribui também para: [...] b) exercitar o respeito, a tolerância, a promoção e a valorização das diversidades (étnico-racial,

² Trecho do discurso da primeira sessão de apresentação de trabalhos no contexto do GE 23, na Reunião Anual de 2004, feito por Dagmar Meyer, Claudia Ribeiro e Paulo Rennes Marçal Ribeiro, veiculado no site da Anped.

religiosa, cultural, geracional, territorial, físico-individual, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de opção política, dentre outras) e a solidariedade entre povos e nações. (BRASIL, 2007a, p. 25)

No município de Juazeiro, cidade localizada no norte da Bahia, e ponto focal do estudo desenvolvido neste projeto experimental de conclusão de curso, foi instituído em 2019 a formação do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da População LGBTQIAP+, a partir da Lei 2.905/2019. O Conselho surgiu também para combater a discriminação e a violência, assim como atuar na fiscalização, promoção da cidadania e defesa dos direitos da população.

Diante desse contexto de criação de marcos legislatórios, este estudo buscou discutir as políticas públicas envolvendo gênero e diversidade no ambiente escolar no âmbito do Plano Nacional de Educação 2014-2024 e dos vetos decorrentes. A pesquisa apresentou os resultados na modalidade de projeto experimental podcast, segmentado em três episódios. O produto também procurou dar visibilidade a vivência de estudantes LGBTQIAPN+ nos espaços educacionais e os desafios que enfrentaram.

Para tanto, este estudo levará em conta o seguinte problema: quais as dificuldades enfrentadas pela comunidade LGBTQIAPN+ para que haja respeito à diversidade de gênero no ambiente escolar?

Esse problema surgiu diante da constatação, inclusive no decorrer desse trabalho, para encontrar fontes do ambiente educacional que se propusessem a discutir a temática. É como se houvesse uma resistência e uma preocupação em se expor a falar sobre o tema e mesmo a reconhecer a invisibilidade e violação aos direitos desse segmento.

Por causa dessa invisibilidade, o produto desenvolvido tem a perspectiva de ser usado como instrumento pedagógico para orientar a comunidade educacional a respeito das questões abordadas e, principalmente, para sensibilizar a ter uma escuta sensível para com a comunidade LGBTQIAPN+.

2. JUSTIFICATIVA

No Departamento de Ciências Humanas do Campus III, em Juazeiro, há poucos trabalhos produzidos sobre a temática de gênero nos cursos de Jornalismo e Pedagogia. Em um levantamento a partir do repositório Saber Aberto³ e lista com Trabalho de Conclusão de Curso (TCCs) do departamento, o curso de Jornalismo totalizava apenas seis produções, entre monografias e memoriais, que abordam o tema: “Saphira”, de autoria de Rodolfo da Silva; “‘Para Tudo’! queremos trabalhar! A luta das/os trans por trabalho digno” de Lidiane Lopes, ‘Ser: Suplemento Jornalístico Temático, cuja primeira edição aborda a homossexualidade em Petrolina/PE’ de Catharine Matos e Márcia Gabriella Dantas, “Mulher com H – Travestindo a Ponte” de Thalita Bezerra e Valquíria Pinheiro, “Elas e Eles: um olhar sobre o protagonismo trans em Petrolina-PE e Juazeiro-BA” de André Amorim, e “Identidade Forjada” de Pedro Miranda. Já na checagem dos trabalhos de conclusão de curso que trabalham com o tema no curso de Pedagogia foram encontrados apenas dois materiais: “Educação escolar e sexualidade: construções e reconstruções de identidades de gênero”, de autoria de Deumara dos Santos Silva, e “Diversidade de Gênero na Escola Municipal Anália Barbosa”, de Adriana Medrado, Lara de Souza e Vivian dos Santos.

Considerando que somente oito Trabalhos de Conclusão de Curso abordam a temática, apesar do tempo de implementação dos cursos no Departamento, é importante promover debates e produções no âmbito da comunicação e da educação, e a integração desses dois temas, principalmente com o avanço tecnológico e a necessidade de uma educação midiática dentro das plataformas e das salas de aula.

Desse modo, a produção do estudo, que resultará em um produto experimental podcast, pode servir para a discussão sobre diversidade e identidades de gênero e orientações sexuais nas instituições de ensino da região a partir da perspectiva da Teoria Queer (Butler (2003b), como forma de desmistificar a “ideologia de gênero”⁴ no contexto educacional. Sobre o conceito de ideologia de gênero, Mano (2019) explica:

A ideologia de gênero como já apontam **Corrêa (2018)** **Miskolci e Campana (2017)** e **Reis e Eggert (2017)**, entre outros, é um termo impulsionado a nível global a partir da reação da cúpula da Igreja Católica à Conferência Mundial de Beijing sobre a Mulher, em 1995, quando a palavra “mulher” começou a ser substituída por “gênero” (**Almeida, 2018, p 35**). Com o passar do tempo,

³Repositório Institucional da UNEB que disponibiliza produções científicas, livros e outros documentos produzidos na Universidade em formato digital. Disponível em: <https://saberaberto.uneb.br/>

⁴ A ‘Enciclopédia Significados’ explica que o uso do termo se intensificou durante a estruturação do Plano Nacional de Educação, em 2014, quando a bancada legislativa evangélica e católica o utilizou para repudiar a inclusão dos debates de gênero e diversidade sexual na educação

esse discurso foi incorporado por outros setores cristãos e ganhou capilaridade social em países como Polônia, Hungria, Estados Unidos, França, Colômbia, Peru, Argentina e Brasil. Aqui, os enfrentamentos mais contundentes em relação a gênero ocorrem na esfera institucional, tanto no Poder Legislativo quanto no Executivo (Mano, 2019:15). A tática mais frequentemente adotada pelos grupos que se colocam antigênero tem sido a proposição e aprovação de projetos de leis, pronunciamentos de parlamentares, ministras/os e até do Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, que em sua posse declarou que iria combater a ideologia de gênero, assim como pressão da bancada religiosa para barrar políticas de Estado específicas. (Mano, 2019, p. 4).

Como consequência, espero que seja possível, com este trabalho, ajudar a combater a discriminação contra grupos minoritários, com ênfase na população LGBTQIAPN+, principalmente nos ambientes escolares/de ensino, nas questões de bullying que são cotidianamente mais praticadas, além de ter a esperança de ser uma brecha de luz àqueles que sofrem por não se compreenderem.

Além de fomentar o acervo do Departamento de Ciências Humanas com mais um trabalho, que traz visibilidade à comunidade LGBTQIAPN+, o produto experimental em formato podcast pode aumentar o debate na comunidade interna - na instituição superior - e externa sobre a importância de refletir sobre diversidade, gênero e comunicação, uma vez que o jornalismo desempenha um papel relevante de fornecer informações e perspectivas para a sociedade sobre o que acontece no mundo, mas ainda tem dificuldade de trazer representatividade aos grupos minoritários.

O podcast 'Escolas plurais' não é apenas sobre o ensino no ambiente escolar, mas busca sensibilizar educadores a discutir a temática. O jornalismo em termos de diversidade não é apenas uma questão ética, mas também uma necessidade para a compreensão precisa e aprofundada dos acontecimentos, pois a diversidade enriquece a qualidade da informação e contribui para uma sociedade mais justa e inclusiva.

3. OBJETIVOS

3.1. GERAL

Investigar a temática de diversidade de gênero no ambiente escolar no âmbito do Plano Nacional de Educação 2014-2024 e dos vetos decorrentes, por meio de um produto jornalístico (podcast) que promova a discussão de políticas educacionais para população LGBTQIAPN+.

3.2. ESPECÍFICOS

- 3.2.1 Analisar as políticas públicas relacionadas à gênero no Plano Nacional de Educação;
- 3.2.2 Investigar os desafios enfrentados pelos estudantes LGBTQIAPN+ no ambiente escolar;
- 3.2.3 Verificar experiências de instituições que buscam combater as desigualdades de gênero no ambiente educacional

4. REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 Estudos de gênero x estudos *Queer*

Para contextualizar os estudos de gênero e queer, partimos do conceito da teoria queer, uma abordagem crítica que questiona as normas e padrões sociais relacionados à identidade de gênero e sexualidade, buscando desconstruir essas categorias e promover a diversidade e a liberdade de expressão. Dito isto, o filósofo Michael Foucault defende que a sexualidade é historicamente produzida, e está implicada nas formas em que nós estruturamos nossa sociedade, organizamos nossas instituições e relacionamentos e entendemos a nós mesmos e nossos corpos. “Em suma, trata-se de determinar, em seu funcionamento e em suas razões de ser, o regime de poder—saber—prazer que sustenta, entre nós, o discurso sobre a sexualidade humana” (Foucault, 1988).

Judith Butler, uma das principais pesquisadoras da teoria queer, defende a performatividade de gênero, na qual a performance é construída através de atos e práticas repetidas. Ou seja, a performance de gênero é constantemente repetida e reforçada através de atos cotidianos, gestos, roupas e comportamentos. “O gênero não é algo natural, mas sim uma construção social que pode ser desafiada e subvertida” (Butler, 2003b).

Butler (2003b) enfatiza a necessidade de romper com o sistema binário que corrobora a relação entre gênero e sexo, ao afirmar que o primeiro é determinado pelo segundo. Para essa autora, o gênero não pode ser entendido somente como algo que é consolidado a partir da heterossexualidade normativa ou atos performativos. Ela ressalta que as identidades sexuais apresentadas atualmente, conhecidas pela sigla LGBTQIAPN+, entre tantas outras rotulações, são excludentes e, portanto, precisam ser desconstruídas para acolhê-las da forma que todos desejam.

Nossas identidades, segundo Butler (1987a), são criadas pela cultura que fazemos parte e as orientações sexuais, assim como o próprio conceito de gênero, são impostas por essa cultura antes mesmo de tomarmos consciência das nossas subjetividades:

Paradoxalmente, a condição discursiva de reconhecimento social precede e contingência a formação do sujeito: reconhecimento não é conferido pelo sujeito, mas forma o sujeito. Além disso, a impossibilidade de completo reconhecimento, ou seja, de cada vez habitar totalmente o nome pelo qual a identidade social de alguém é inaugurada e mobilizada, implica na instabilidade e incompletude da formação-sujeito (Butler, 1987a, p 18)

Embora os estudos de gênero e os estudos queer compartilhem de pontos semelhantes, eles possuem abordagens distintas. Os estudos de gênero, portanto, focam em analisar as construções sociais e culturais em torno dos papéis de gênero, buscando compreender as desigualdades e dinâmicas de poder baseadas no gênero, enquanto os estudos queer criticam e desestabilizam as categorias fixas de gênero e questionam a heteronormatividade. Ambos, no fim, são campos complementares e importantes para a compreensão das complexidades das identidades e das experiências sexuais.

4.2. Gênero e Educação

O conceito de gênero surge como um suporte teórico para o desenvolvimento de estudos no campo das ciências sociais, assim como da História e da Educação (Louro, 1995a). Entre os estudos feministas e pós-estruturalistas, Louro (2000b, p. 26) aponta ainda o gênero como uma construção social feita sobre diferenças sexuais e como elas “são representadas ou valorizadas; refere-se àquilo que se diz ou se pensa sobre tais diferenças, no âmbito de uma dada sociedade, num determinado grupo, em determinado contexto”. Para Louro:

Uma compreensão mais ampla de gênero exige que pensemos não somente que os sujeitos se fazem homem e mulher num processo continuado, dinâmico (portanto não dado e acabado no momento do nascimento, mas sim construído através de práticas sociais masculinizantes e feminizantes, em consonância com as diversas concepções de cada sociedade); como também nos leva a pensar que gênero é mais do que uma identidade aprendida, é uma categoria imersa nas instituições sociais (o que implica admitir que a justiça, a escola, a igreja, etc. são "generificadas", ou seja, expressam as relações sociais de gênero). Em todas essas afirmações está presente, sem dúvida, a idéia de formação, socialização ou educação dos sujeitos. (Louro, 1995a, p 103).

Com base nessa generalização das instituições que Louro menciona acima, mas buscando reorganizar debates, o Governo Federal criou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um documento normativo de aprendizagem exclusivamente escolar que faz parte da política nacional da Educação Básica com a finalidade de normatizar e contribuir na formação de professores, na infraestrutura do sistema educacional, a partir da elaboração de critérios e conteúdos, alinhando a área da educação a demais políticas e ações em âmbito federal, estadual e municipal e garantindo seu pleno funcionamento.

A BNCC (Brasil, 2018b) estabelece as competências a serem desenvolvidas ao longo da trajetória educacional, que estão organizadas, de forma geral, em conhecimento, pensamento crítico, raciocínio lógico, comunicação, cultura digital, autonomia e pensamento

reflexivo, empatia, cooperação, responsabilidade social e sustentabilidade. Dentre todos os itens apresentados, a BNCC faz menção apenas a expressão “diversidade de indivíduos” no item 9, em uma perspectiva de inclusão no ambiente educacional. É importante destacar na íntegra o que diz a BNCC:

“9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.” (BRASIL, 2018b, p.11-12).

Apesar de, na sua proposta original, mencionar a inserção do debate de gênero e diversidade sexual nos ambientes escolares, a BNCC homologada em 20 de dezembro de 2017, pelo então Ministro da Educação Mendonça Filho, não contém o assunto em nenhuma parte do seu texto. O motivo da exclusão do tema foram os debates levantados sobre a suposta ideologia de gênero que seria feita. O apontamento dessa ideologia partiu da má interpretação da bancada evangélica no Senado.

O artigo 2º do Plano Nacional de Educação (2014-2024) prevê a implementação de programas e políticas educacionais destinadas a combater todas as formas de discriminação existentes nas escolas, entre elas, as que se referem às desigualdades de gênero, de raça, de orientação sexual e de identidade de gênero. No mesmo artigo, o PNE prevê a promoção dos direitos humanos e da diversidade na educação brasileira.

Durante os debates e protestos acerca da inclusão das questões de gênero na BNCC, denúncias de gestores e professores sobre formas de intimidação para impedir que o tema fosse “trabalhado”, o Ministério da Educação emitiu nota técnica para reforçar, a partir de base legal que:

[...] mesmo a ausência dos termos gênero ou orientação sexual em um plano de educação não exime o poder público municipal, estadual ou distrital, suas redes de ensino e respectivas escolas de seguirem as recomendações e normativas descritas nas diretrizes nacionais para a educação básica que incluem, sim, a abordagem destes temas e o enfrentamento a toda e qualquer forma de discriminação. (BRASIL, 2015c, p 5)

Após a aprovação da BNCC com a perda das nomenclaturas explícitas e as proposições de ações transversais que fomentassem a temática da sexualidade e diversidade na educação, coube a consciência dos estados, municípios e unidades escolares criarem entrelinhas e adaptarem as Competências e Habilidades para tratar o tema. No âmbito da Educação Infantil, o texto referencial da BNCC aborda os campos de experiências com

família e grupos sociais para levar em consideração as partilhas que as crianças desta etapa educacional terão que conhecer e vivenciar de forma a valorizar a relação eu, o outro e o nós. Assim, é:

[...] é preciso criar oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e do grupo, costumes, celebrações e narrativas (grifo nosso). Nessas experiências, elas podem ampliar o modo de perceber a si mesmas e ao outro, valorizar sua identidade, respeitar os outros e reconhecer as diferenças que nos constituem como seres humanos. (BRASIL, 2018b, p. 40)

Desta forma, a BNCC abre uma brecha para que professores pensem em como transmitir para as crianças as diversas formas de celebrar as diferenças, através de suas competências e habilidades em vivenciar o social e a sociedade, sem a exclusão de realidades divergentes, afinal a relação entre pares/família não se dá apenas na forma tradicional perpetuada há séculos. É importante que, desde cedo, aprenda-se a respeitar, sem questionar, para que a comunicação ser a ser⁵ diretamente ou por ferramentas midiáticas não afetem o outro.

Na etapa do Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais, a ênfase da BNCC é em relação às interações sociais no contexto do bullying, tendo em vista que essas etapas educacionais coincidem com o período de transição destas crianças da infância para a adolescência. Por estar enraizado em desigualdades sociais, aparência física, orientação sexual, identidade de gênero, etnia, religião e até mesmo habilidades acadêmicas, o bullying permanece presente no ambiente escolar.

Por isso, a BNCC traz em um trecho que “é necessário que a escola dialogue com a diversidade de formação e vivências para enfrentar com sucesso os desafios de seus propósitos educativos”. (BRASIL, 2018b, p. 61-62). Pensar essas questões é importante para refletir sobre como a cultura da escola e a falta de educação para a diversidade podem alimentar esse tipo de comportamento

Homologada em 14 de dezembro de 2018 para a etapa do Ensino Médio, a BNCC incluiu no seu texto para essa fase educacional, primeiramente, a desconstrução do que seria considerado juventude, e por entender as múltiplas dimensões e diversidades sociais e culturais, passa a utilizar o termo juventudes para acolher “as diversidades, promovendo de modo intencional e permanente, o respeito à pessoa humana e seus direitos” (Brasil, 2018, p.

⁵ Utilizo aqui estes termos para me referir às interações do ser humano como um todo e evitar assim o uso do termo “homem”.

14). Em seguida, insere que os percursos e histórias de cada indivíduo permitam que o mesmo defina seu projeto de vida de forma com que sua vivência tenha forma sustentável e ética.

Para além desses posicionamentos, a BNCC considera como finalidade e espaço do Ensino Médio o aprimoramento do estudante como pessoa humana para uma sociedade “mais justa, ética, democrática, inclusiva, sustentável e solidária” (Brasil, 2018b, p 466), por essa razão, a BNCC considera que é imprescindível:

[...] combater estereótipos, discriminações de qualquer natureza e violações de direitos de pessoas ou grupos sociais, favorecendo o convívio com a diferença; valorizar sua participação política e social e a dos outros, respeitando as liberdades civis garantidas no estado democrático de direito; [...] (Brasil, 2018b, p. 466-467)

Verifica-se que a BNCC não menciona diretamente, em momento algum de seu texto base, questões de gênero e a necessidade de sua implementação na Educação Básica. Ainda assim, o documento também não emite nenhum parecer que proíba a promoção de ações educacionais que discutam o tema, como mencionado no PNE. Embora o Plano Nacional de Educação do Brasil não mencione explicitamente a diversidade de gênero, o estado da Bahia, por meio de sua legislação específica, inseriu no seu Plano Estadual de Educação aspectos para promover uma educação inclusiva, que respeite e valorize a diversidade sexual e de gênero.

4.3 PNE x PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DA BAHIA

A Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) divulgou em 2016 a Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil, um relatório sobre o ambiente educacional no Brasil, no qual se apresentava as experiências de adolescentes LGBTQIAPN+ nos espaços educacionais. De acordo com o levantamento, dos 1.016 estudantes com idade entre 13 e 21 anos, 60,2% se sentiam inseguros/as na escola por causa de sua orientação sexual. Quando questionados sobre a insegurança pela identidade/expressão⁶ de gênero, 43% dos estudantes afirmaram que se sentiam inseguros; Sobre LGBTfobia, 48% ouviram com frequência comentários LGBTfóbicos feitos por outros estudantes no ambiente escolar e 73% foram agredidos/as verbalmente por causa de sua orientação sexual. Por fim, quando questionados sobre políticas

⁶ Termo utilizado no documento divulgado pela ABGLT

de acolhimento de estudantes LGBT, apenas 8,3% dos entrevistados afirmaram que a escola possuía em seu regulamento “alguma disposição sobre orientação sexual, identidade/expressão de gênero, ou ambas” (ABGLT, 2016, p. 19).

Apesar dos números divulgados, o Plano Nacional de Educação já obtinha em suas diretrizes a superação das desigualdades educacionais, principalmente na erradicação de todas as formas de discriminação, assim como a garantia do respeito aos direitos humanos e à diversidade. Roseno (2019) argumenta que a presença de políticas educacionais em gênero e sexualidade é fundamental para combater a discriminação, preconceito e violência baseados na orientação sexual e identidade de gênero. Ela acredita que é papel da escola promover a igualdade e o respeito, garantindo o direito de todas as pessoas expressarem sua identidade e viverem sem discriminação.

Ao tratar do PNE, Roseno (2019) problematiza a aprovação dessa legislação quanto às questões de gênero e aponta ainda uma preocupação para a inclusão das temáticas na formação acadêmica dos futuros professores, visando a garantia de que os educadores abordem essas questões sensíveis em sala de aula de maneira adequada, a fim de proporcionar uma educação que valorize a diversidade e promova a inclusão. A ABGLT (2016) também ressalta que os currículos dos cursos de graduação dos professores precisam ter conteúdos específicos sobre o respeito à diversidade sexual, e para além disso, que haja formações contínuas, para que esses profissionais estejam preparados/as para acolher corretamente os/as estudantes LGBTQIAPN+ e agir diante dos problemas que surgem nas escolas.

Conquanto o PNE é um documento de orientações gerais sobre a educação nos 26 estados e o Distrito Federal brasileiro, o Plano Estadual de Educação da Bahia é um documento específico para o estado da Bahia. O Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano Estadual de Educação da Bahia são instrumentos de planejamento que visam orientar as políticas educacionais em nível nacional e estadual, respectivamente. Embora tenham objetivos semelhantes, existem diferenças entre os dois planos. O PEE foi elaborado com base nas diretrizes do PNE, mas também considera as particularidades e desafios locais. Entre as metas do plano estão: ampliar a escolaridade média da população baiana, reduzir as desigualdades educacionais entre as regiões, promover a formação continuada dos profissionais de educação e a valorização dos servidores da educação.

Além das diferenças para uma adaptação local, o Plano Estadual da Bahia possui em seu texto pontos específicos para a promoção da diversidade. O Estado da Bahia implementou no ano de 2017 a Lei nº 13.796/2017, que dispõe sobre a abordagem da diversidade de gênero nas escolas da rede estadual, visando combater a discriminação e promover a educação para a

diversidade, trabalhando questões relacionadas a gênero, orientação sexual e identidade de gênero, como no seguinte trecho:

[...] estimular que o respeito às diversidades seja objeto de tratamento transversal pelos professores, bem como pelas Instituições de Ensino Superior nos currículos de graduação, respeitando os Direitos Humanos e o combate a todas as formas de discriminação e intolerância, à luz do conceito de supralegalidade presente no ordenamento jurídico brasileiro[...] (Bahia, 2016, p.8)

No que diz respeito à diversidade de gênero, é importante lembrar que a legislação brasileira reconhece e protege os direitos das pessoas LGBTQIAPN+. Portanto, embora o PNE não mencione explicitamente a diversidade de gênero, espera-se que as políticas educacionais e os planos de educação, em todo o país, atendam aos princípios de não discriminação, inclusão e respeito à diversidade. Cabe às instituições e aos gestores de educação promoverem práticas e ações que garantam o pleno respeito à diversidade e aos direitos humanos nas escolas.

5. PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa qualitativa é amplamente utilizada em pesquisas acadêmicas, proporcionando um meio de investigar fenômenos complexos e compreender o significado atribuído pelos participantes do estudo. Posto isso, este projeto experimental utilizou desse método de pesquisa a fim de investigar um fenômeno contemporâneo: as questões de diversidade de gênero no âmbito educacional.

Esta modalidade de pesquisa permite que o pesquisador busque compreender o objeto e estudo em seu contexto. Gil (2021, p. 16) afirma que a pesquisa qualitativa tem a finalidade de “[...] mediante um processo não matemático de interpretação, descobrir conceitos e relações entre os dados e organizá-los em um esquema explicativo”.

Dentre os métodos a serem utilizados para a execução de uma pesquisa qualitativa estão entrevistas, observações e estudos de caso para obter insights aprofundados sobre os fenômenos estudados. Esses processos permitem que os pesquisadores capturem as complexidades e nuances das experiências humanas. Posto isso, após a disciplina de Seminários Avançados com a professora Andréa Cristiana Santos, na qual reorganizei o meu objeto de pesquisa, comecei um monitoramento nas redes sociais em busca de conteúdo LGBTQIAPN+ que se aproximasse da temática e da forma que me interessava abordá-la. Consequente, passei a filtrar as publicações para a região do Vale do São Francisco, local em que já haviam pessoas e instituições conhecidas pela defesa da comunidade LGBTQIAPN+.

Todas as informações destes perfis locais passaram por uma breve coleta de dados para compreender se eram compatíveis com a pesquisa, por exemplo: a) esse perfil é de uma pessoa/instituição que se identifica como LGBTQIAPN+ ou que atua pela causa?; b) está relacionado a temática que vou abordar no meu TCC?

Antônio Gil aponta que a coleta de dados pode ser entendida como esse “processo que abrange diferentes procedimentos e a tomada de múltiplos cuidados” (Gil, 2021, p. 75). Para esse autor, esse método auxilia na definição dos objetivos, orientação da pesquisa, além da preparação e registros de informações captadas. Por exemplo, neste projeto experimental procurei identificar instituições que executam ações sobre gênero e diversidade destinadas aos espaços educacionais. Foi assim que identificamos as instituições atuantes em Juazeiro, como o Conselho de Defesa dos Direitos de Pessoas LGBT e o Núcleo de Cidadania de Jovens e Adolescentes (NUCA).

Na coleta de dados de uma pesquisa qualitativa também se pode utilizar múltiplos procedimentos. Dentre os mais comuns, de acordo com Gil (2021a) estão a entrevista, a

observação e a análise documental. Para este autor, a entrevista é uma forma de “verificar como são as pessoas, o que fazem, o que fizeram, o que pretendem fazer, o que sabem, o que valorizam, o que almejam, o que temem, no que creem e muito mais” (Gil, 2021, p.95). A partir da entrevista podemos, portanto, acessar a determinados temas com mais profundidade, reconstruir acontecimentos, entre outros.

Considerando que o objeto de estudo deste trabalho só pode ser maturado a partir da interação com pessoas que possuam vivências sobre gênero diante do ambiente educacional, bem como de fontes especializadas a respeito da temática, o ponto de partida para a interação com as fontes foi, como dito anteriormente, as redes sociais, mas a indicação das fontes especializadas foi sugerida pela minha orientadora, como explicaremos no item Coleta de Dados (ver página 25).

No desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa, é possível que, para a obtenção de respostas ricas e detalhadas, haja um roteiro estruturado ou semiestruturado de entrevista. Gil (2021) explica que na entrevista semiestruturada, utilizada neste trabalho, o pesquisador possui um roteiro de perguntas pré-determinadas, mas também tem flexibilidade para explorar outros aspectos que possam surgir durante a entrevista. Portanto, na entrevista semiestruturada, pode ser aplicada uma série de perguntas previamente organizadas que façam o entrevistado refletir sobre o tema, e que garanta fluidez na entrevista para a obtenção de respostas.

A responsabilidade de produzir e entregar um Trabalho de Conclusão de Curso para a obtenção de grau me causou crise de ansiedade. Também tive bloqueios para ler e compreender os materiais, assim como escrever e produzir o documentário, proposta inicial da pesquisa.

Durante uma conversa com a jornalista Karine Paixão, uma amiga que ganhei no meu ambiente de estágio, ela me sugeriu que produzisse um podcast. Foi então que direcionei todo o processo metodológico foi orientado para a produção de um produto sonoro no formato podcast jornalístico. Assim, as entrevistas foram realizadas através das plataformas Zoom⁷ e Whatsapp⁸, pela opção de gravar a reunião com qualidade em seus áudios, além de garantir maior conforto para a fonte e flexibilidade de horários disponíveis.

⁷ <https://zoom.us/pt>

⁸ <https://whatsapp.com>

6. DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO EXPERIMENTAL

6.1 Explicando o suporte jornalístico

Nos últimos anos, os podcasts têm tido uma audiência considerável⁸ e emergiram como um meio popular e influente, revolucionando a forma como consumimos conteúdo de áudio. Apesar do seu *boom* recente, de Medeiros (2005) explica que o fenômeno *Podcasting*⁹ surgiu efetivamente na rede em 2004.

O sucesso dos podcasts pode ser atribuído à sua acessibilidade, versatilidade e às experiências únicas de contar histórias que oferecem. Para compreendermos esse sucesso, estudo realizado em 2022 pela plataforma CupomValido.com.br com dados da Statista e IBOPE divulgou que o Brasil é o terceiro país que mais consome podcast no mundo, ficando atrás apenas da Suécia e Irlanda. A grande maioria dos ouvintes de podcast, consomem o conteúdo em paralelo com outras atividades, como em tarefas domésticas, em deslocamento, ao navegar em outros aplicativos, sites na internet e enquanto trabalham ou estudam.

No campo do jornalismo, os podcasts têm se tornado uma ferramenta importante para contar histórias, informar e debater questões atuais. Os podcasts são episódios de áudio que podem ser transmitidos ou baixados pela internet, que abrangem diferentes temas e estão disponíveis sob demanda, ou seja, você pode escutar quando e onde quiser. Eles oferecem uma experiência envolvente, permitindo que os ouvintes se aprofundem em histórias interessantes, debates e entrevistas.

Em suas pesquisas, Bonini (2020) destaca a importância dos podcasts como uma forma de comunicação alternativa e democrática, pois os podcasts permitem que mais vozes tenham a oportunidade de se expressar e serem ouvidas, bem como este produto é ofertado em uma plataforma mais acessível para qualquer pessoa com uma história para contar ou um conhecimento para compartilhar do que empresas de mídia.

Além disso, Bonini (2020) enfatiza o aspecto educacional dos podcasts. Ele argumenta que os podcasts têm o potencial de se tornarem uma ferramenta valiosa para o aprendizado autônomo e contínuo. Com uma infinidade de podcasts educacionais disponíveis, os ouvintes

⁸ Isabela Rovaroto. “Brasil é o 3º país que mais consome podcast no mundo”. Disponível em <https://exame.com/pop/brasil-e-o-3o-pais-que-mais-consome-podcast-no-mundo/>

⁹ O termo “podcasting” foi cunhado originalmente em fevereiro de 2004 pelo jornalista britânico Ben Hammersley num artigo para o “The Guardian”

podem se aprofundar em tópicos de seu interesse e aprender com especialistas em diversas áreas.

Vanassi (2007) ressalta a relação entre os podcasts e a criação de comunidades de ouvintes. Ele argumenta que os podcasts têm o poder de conectar pessoas com interesses comuns e criar uma sensação de pertencimento. Os ouvintes podem se conectar com outros ouvintes por meio de fóruns online, grupos de discussão e até mesmo eventos presenciais relacionados aos podcasts que ouvem.

Além disso, os ouvintes são atraídos por podcasts que apresentam uma voz genuína e um conteúdo autêntico. Isso significa que os podcasts que são personalizados e trazem uma perspectiva única têm mais chances de atrair e manter uma base de ouvintes fiéis. Outro aspecto destacado por Vanassi (2007) é o papel dos podcasts no entretenimento, que oferecem uma experiência única, permitindo que os ouvintes mergulhem em histórias cativantes, debates estimulantes e entrevistas inspiradoras. Essa forma de entretenimento auditivo pode ser uma alternativa atraente para outras formas de mídia, como a televisão e o cinema.

6.2 Coleta de dados

A coleta de dados compreendeu uma extensa pesquisa documental na base da legislação educacional que compreendeu a leitura de documentos como Plano Nacional de Educação e a BNCC. A finalidade foi entender o contexto de políticas públicas para investigar de que forma poderiam ser aplicadas ações de fomento à diversidade de gênero.

Nessa fase inicial, também identifiquei os podcasts Bendita Geni, Vozes da Educação, e Diversidade e educação LGBTQIA+, que tratavam da mesma temática com abordagens similares.

As entrevistas foram uma fase importante e difícil do projeto experimental pela indisponibilidade de algumas fontes. Durante a elaboração do projeto, foi planejado entrevistar fontes especializadas, como pesquisadores, e professores de escolas do município. Iniciamos com as fontes especializadas. No entanto, para essa pesquisa, foram entrevistadas quatro pessoas, entre pesquisadores e fontes testemunhais.

Ao solicitar entrevista com Camila Roseno, pesquisadora em gênero e educação, Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professora da Universidade de Pernambuco (UPE), não foi possível em decorrência da indisponibilidade de agenda. Embora não sendo entrevistada, a professora Camila Roseno está presente no podcast,

através de uma *live* salva no instagram da organização não-governamental Cores @corespnz, na qual, durante um bate-papo, a mesma concede informações sobre suas pesquisas.

A segunda indicação foi Paula Galrão, socióloga e professora na Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), na qual desenvolve pesquisa voltada para os processos de construção e efetivação de políticas públicas na área de gênero na região do Vale do São Francisco, e suas interfaces com as relações raciais e as identidades sexuais.

A entrevista com uma estudante que enfrentou dificuldades no ambiente escolar surgiu através de um evento realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Social, Mulher e Diversidade (SEDES) de Juazeiro, no qual tive a oportunidade de ouvir a experiência de Luhara Davilla, primeira presidenta travesti de grêmio estudantil do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães. A partir do contato com ela, também pude acrescentar a lista de entrevistados Greice Alves, mobilizadora do Núcleo de Cidadania de Jovens e Adolescentes (Nuca) do município de Juazeiro, que reúne representantes estudantis para ações e cobranças à gestão municipal das garantias de promoção da diversidade e outras questões.

Com a mudança de Secretaria na pasta da SEDES, optei por entrar em contato com a assessora da pasta, Maiara Santos, e articulamos a entrevista com o Diretor de Diversidade Andrey Anthony, com quem tive contato durante uma proposta de projeto com a professora Carla Paiva.

As entrevistas foram realizadas de acordo com a disponibilidade de agenda das fontes selecionadas por mim. A entrevista com o Diretor de Diversidade de Juazeiro, do Conselho de Defesa dos Direitos das pessoas LGBT, Andrey Anthony, foi realizada pelo whatsapp¹⁰ a partir do envio das perguntas que eu já havia estruturado, pois houve choque de disponibilidade entre as nossas agendas. Apesar disso, Andrey foi completamente solícito e conseguimos uma entrevista importante para o trabalho.

Por se tratar de um podcast, elenquei alguns questionamentos que considerava relevante para abordar nos episódios, e então fiz um roteiro para a construção da narrativa do podcast. Ao reavaliar os possíveis segmentos de cada episódio e a inserção dessas fontes no produto, decidi sintetizar os conteúdos que planejava. Para isso, refleti como seria a identificação de cada episódio nas plataformas de streaming, e formulei as suas legendas de descrição para me basear nos apontamentos que eu iria inserir no podcast.

¹⁰ <https://www.whatsapp.com/>

6.3 Descrição do Produto

6.3.1 O podcast

Para o desenvolvimento desse podcast, procurei referenciais em outros produtos similares da UNEB, conforme mencionado na introdução deste trabalho, e em sites que debatem a temática para compreender as características e modalidades atuais do podcast. Enquanto produto jornalístico, o podcast é apresentado pelo Feedgurus¹¹ como uma fonte de notícias sobre acontecimentos do dia a dia, enquanto o Cochicho¹² define podcast narrativo como um produto roteirizado, que possui começo, meio e fim, mas que apesar do nome, essa modalidade tem mais a ver com a técnica aplicada ao produto do que com o conteúdo em si.

Considerando as adversidades e disseminação de conteúdos falsos sobre o debate de sexualidade e gênero, o formato narrativo atende melhor à proposta desse projeto, além de facilitar o acesso a informações sobre o tema de forma mais sensível.

Dessa forma, os episódios ficaram organizados da seguinte maneira:

Episódio 1 - ABC-LGBT: Este episódio tem o intuito de introduzir a temática de gênero e diversidade no âmbito educacional. Começamos explicando a diferença entre gênero e orientação sexual, em seguida trazemos o significado de identidade para algumas figuras que trabalham com o tema. A partir disto, apresentamos as dificuldades de se trabalhar gênero e educação, incluindo os vetos do Plano Nacional de Educação. Nesse episódio, foram inseridas sonoridades da entrevista com a socióloga Paula Galvão e trechos do bate-papo da pesquisadora Camila Roseno no instagram da Ong Cores (@corespnz).

Episódio 2 - Escola plural: No segundo episódio, abordamos as questões e dificuldades para a inclusão da Comunidade LGBTQIAPN+ nas escolas do Brasil. Nesse episódio, estão presentes as sonoridades da entrevista com a socióloga Paula Galvão, com a estudante Luhara Dávilla e com o presidente do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da população LGBT, Andrey Anthony.

Episódio 3 - Desconstruindo o futuro: No último episódio, trazemos as perspectivas para novas políticas públicas educacionais, o acolhimento da população LGBT+ e o incentivo da participação da comunidade. Apresentamos a iniciativa do NUCA Juazeiro para fomentar a discussão sobre a necessidade de as escolas abordarem a diversidade e ressaltar a importância dessas instituições na formação de uma sociedade inclusiva. Nesse episódio foram incluídas as entrevistas de Greice Alves, mobilizadora do NUCA Juazeiro, o presidente do Conselho

¹¹ Plataforma de Podcast Analytics - <https://feedgurus.com/tipos-de-podcast/>

¹² <https://cochicho.org/o-que-e-podcast-narrativo/>

Municipal de Defesa dos Direitos da população LGBT, Andrey Anthony, a socióloga Paula Galvão, e a estudante Luhara Dávilla.

Para a decupagem dos áudios dos entrevistados utilizei como guia as perguntas semiestruturadas que havia preparado, e em seguida usei a plataforma Pinpoint¹³, disponibilizada pelo Google, para a transcrição dos áudios.

O passo seguinte foi decupar a transcrição, destacando as principais falas dos entrevistados, para posteriormente filtrar o que de fato seria utilizado e em qual episódio se encaixaria. No roteiro foram inseridas informações relevantes de portais da internet, trechos das entrevistas e síntese dos pesquisadores debatidos nesse memorial.

A narração foi gravada através de um microfone lapela sem fio conectado a um aparelho Iphone 7 Plus, para garantir a qualidade sonora do produto. Optei pela gravação individual de cada trecho, aos quais identifiquei no roteiro como LOC+numeração, para facilitar a montagem do produto, feita por mim. Os materiais foram editados e montados no aplicativo *Capcut*, por ser uma interface que já utilizo diariamente e por considerá-la mais intuitiva e prática para a edição.

As trilhas utilizadas foram retiradas de plataformas que disponibilizam arquivos sonoros de forma gratuita. Do Youtube Studio foram utilizadas as trilhas “July”, de John Patitucci, ‘Los encinos’ e “Don’t fret”, de Quincas Moreira. Da plataforma Adobe foi utilizada a trilha “Mindful Emotional Atmosphere”, sem identificação de autoria, e da Plataforma de edição *Capcut* foram adicionadas as trilhas “relaxing chill background” e “chill and calm atmosphere”.

Escolhi publicar os episódios do podcast no Spotify, considerando que o streaming é um dos mais utilizados para reproduzir e consumir materiais similares. O podcast “Escolas Plurais” pode ser encontrado no endereço do Spotify <https://open.spotify.com/show/2UiY7z7Fdvd4ThFJU2Ox3>.

6.3.2 Identidade Visual

Assim como a edição do material em áudio, optei por criar a identidade visual do podcast. Para isso criei no *Canva*, ferramenta online de design gráfico, um material de tamanho 1080x1080pixels. Busquei elementos disponíveis na plataforma a partir da barra de pesquisa, utilizando “lgbt” como palavra-chave. A partir disto, encontrei as artes criadas pelo usuário @trendify, que trazem as cores do arco-íris, utilizada pela comunidade

¹³ <https://journaliststudio.google.com/pinpoint/collections>

LGBTQIAPN+ para identificar o movimento. Os objetos selecionados foram dispostos nos cantos da capa, pois a intenção era de colocar a identificação do podcast na área central.

Após inserir o título do podcast, testei algumas fontes também disponíveis na plataforma, até encontrar a “TAN Headline”, fonte que remete uma ligação a temática escolar. Ela também foi escolhida por não ser uma fonte serifada, ou seja, por não trazer uma formalidade maior ao assunto. A cor violeta foi escolhida por ser uma das sete cores do arco-íris, e por demonstrar uma delicadeza dentre todas. Além disso, em uma busca rápida pela internet, atribui-se o violeta à cor do espírito. “Representa o compromisso e a resiliência da comunidade, bem como a luta contínua por igualdade e aceitação”¹⁴.

Figura 1 - Capa principal do podcast Escolas plurais



Para evitar um fundo completamente branco na capa do podcast, selecionei a imagem de uma sala de aula que foi inserida ao fundo, com transparência de 12%, assim a imagem não tiraria o destaque dos elementos à frente. Finalizada a arte de capa do podcast, considerei importante que cada episódio possuísse uma capa para si, portanto reutilizei a capa principal do podcast, para reforçar os elementos e a identidade visual do “Escolas plurais” (ver páginas 49 e 50).

¹⁴ <https://blog.pridebrasil.com.br/curiosidades-surpreendentes-a-simbologia-dos-cores-do-arco-iris-na-cultura-lgbtqi/>

Na identidade do primeiro episódio, inseri as identificações e o título, bem como um elemento gráfico de “ABC” em cubos, que remetem a etapa escolar de alfabetização e que é o intuito deste episódio. As cores dos cubos de ABC também foram baseadas na bandeira lgbtqiapn+. A imagem de fundo em transparência de 8% utilizada é de uma criança brincando com letras, números e outros objetos montáveis. Em “Escola Plural”, segundo episódio do podcast, o espaço central foi preenchido com peças de quebra-cabeça de desenhos distintos, para remeter ao processo de dificuldade de “montar” o processo de inclusão, enquanto a imagem de fundo é um círculo de crianças de diversidades étnicas deitadas ao chão.

No último episódio, “Desconstruindo o futuro”, há uma espécie de castelo, montada com peças diversas, para relacionar à praticidade de se remodelar a sociedade com essas questões. Todas as capas dos episódios possuem o nome do podcast na parte superior central.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, ficou nítido que, embora haja avanços significativos na luta pelos direitos da população LGBT, ainda é evidente a existência de diversas dificuldades que impedem a plena integração e discussão sobre questões nas escolas.

As lacunas deste trabalho na falta de professores e familiares como personagens desse produto envolve, com exceção dos conflitos na disponibilidade de horários, as amarras invisíveis e o medo do julgamento. Professores LGBTs podem sofrer represálias em caso de exposição das problemáticas do ambiente escolar ou no ambiente escolar, e estudantes também. Isso por que mascarar a realidade e fazer com que acreditem estar tudo bem é mais confortável. As relações interpessoais podem ser abaladas com tantas exposições.

Outrora, uma das principais barreiras é o preconceito enraizado na sociedade. Muitas pessoas ainda possuem visões conservadoras e discriminatórias em relação à diversidade sexual e de gênero, e não buscam compreender a realidade a partir das vivências dessas pessoas, por reflexo da estrutura social em que já se encontram, e que acaba se refletindo na estrutura das instituições de ensino. Essa resistência dificulta a criação de espaços de diálogo, de uma educação libertadora, de exclusão e julgamentos de pessoas apenas pelo que são.

Compreendo também que a falta de políticas educacionais atrapalha a efetividade e a permanência de estudantes nas escolas pois há uma necessidade natural de aprovar ou reprovar o comportamento de terceiros. É necessário que se invista em formação para profissionais de modo geral, mas em especial nos profissionais da educação, pois eles contribuem com a formação dos estudantes. Os comportamentos dos mesmos são réplicas do que veem, e o ambiente escolar contribui não só nos ensinamentos de disciplinas, mas também disciplinares.

Escolas plurais é, portanto, o retrato da nossa sociedade. Existem problemas a serem resolvidos, estamos cientes disso, mas o caminho a percorrer é longo e cansativo o suficiente para que não haja uma união para solucionar os problemas. Investir em políticas educacionais que acolham a população LGBT afeta a estrutura social heteronormativa.

8. REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015**: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016.

Bahia (Estado). **Lei n.º 13.559 de 11 de maio de 2016**. Aprova o Plano Estadual de Educação da Bahia – PEE e dá outras providências. Diário Oficial[do] Estado do Bahia, Salvador, 11 mai. 2016a.

_____. **Plano Estadual de Educação da Bahia**. Salvador: Secretaria da Educação, 2016b.

BAUER, M. (org). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7ª. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

BONINI, T. A “segunda era” do podcasting: reenquadrando o podcasting como um novo meio digital massivo. **Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora**, v. 11, n. 1, 3 jul. 2020.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos: 2007**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007a.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018b.

_____. Ministério da Educação. **Nota Técnica nº 32/2015**. Brasília, 2015c.

BUTLER, J. **Bodies that matter**: On the discursive limits of ‘sex’. Nova York/Londres: Routledge, 1993: pp.1-16. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva no livro *Corpo Educado de Louro*, 2000.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DA-RIN, S. **Espelho partido: tradição e transformação do documentário**. Rio de Janeiro: Azougue, 2004.

DE MEDEIROS, Macello Santos. Podcasting: produção descentralizada de conteúdo sonoro. In: **Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da**. 2005.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: A vontade de saber, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

GIL, A. C. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 1. ed. – São Paulo: Atlas, 2021.

GOHN, M da G. **Teorias dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

Ideologia de gênero. **Enciclopédia Significados**. Disponível em <https://www.significados.com.br/ideologia-de-genero/>

JESUS, J. G. de. Identidade de gênero e políticas de afirmação identitária. **Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH**. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/233854734_Identidade_de_genero_e_politicas_de_afirmacao_identitaria. Acesso em 30 maio 2023.

_____. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012a. 42p. Disponível em: <https://sertao.ufg.br/n/42117-orientacoes-sobre-identidade-de-genero-conceitos-e-termos>. Acesso em 30 maio 2023.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A.. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LGBTQIAPN+: mais do que letras, pessoas. Projeto Diversifica. UFSC. 2021. Disponível em: <https://diversifica.ufsc.br/2021/06/25/lgbtqiapn-mais-do-que-letras-pessoas/>. Acesso em 30 maio 2023.

LOURO, G. L. **Gênero, História e Educação: Construção e Desconstrução**. Educação e Realidade. 1995. Pág 101 a 132.

_____. **Currículo, gênero e sexualidade** Lisboa: Porto, 2000

MANO, Maíra Kubík. As mulheres desiludidas: de Simone de Beauvoir à “ideologia de gênero”. **DOSSIÊ SIMONE DE BEAUVOIR**. Cad. Pagu (56). 2019

MEYER, D.; RIBEIRO, C. e RIBEIRO, P. Gênero, Sexualidade e Educação: ‘Olhares’ sobre algumas das perspectivas teórico-metodológicas que instituem um novo G.E. **27ª Reunião Anual da Anped**. 2004. Disponível em: http://27reuniao.anped.org.br/diversos/te_dagmar_meyer.pdf. Acesso em 16 jul 2023

RICH, A. Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence. In: GELP, Barbara C. & GELP, Albert (editores). **Adrienne Rich's Poetry and Prose**. Nova York/Londres: W.W. Norton & Company, 1993.

ROSENO, C dos P. O conservadorismo na educação: por que não falar sobre gênero?. In: DIAS, Alfrancio Ferreira; Santos, Elza Ferreira; CRUZ, Maria Helena Santana (orgs.). **Gêneros, Feminismos, Poderes e Políticas Públicas: Investigações contemporâneas**. [Gênero e Ruralidades]. 19º Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero. Realize: Campina Grande-PB, 2016, p. 232-244.

ROVAROTO, I. Brasil é o 3º país que mais consome podcast no mundo. **Exame**, 21 de mar. de 2022. Disponível em <https://exame.com/pop/brasil-e-o-3o-pais-que-mais-consome-podcast-no-mundo/>. Acesso em

TERTO, A. P.; SOUZA, P. H. N. De Stonewall à Assembleia Geral da ONU: reconhecendo os direitos LGBT. Monções: **Revista de Relações Internacionais da UFGD**, [S. l.], v. 3, n.

6, p. 120–148, 2015. Disponível em:
<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/3452>. Acesso em: 12 jul. 2023.

VANASSI, G.C. **Podcasting como processo midiático interativo**. Monografia. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2007.

9. APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Ficha técnica

Universidade do Estado da Bahia

Departamento de Ciências Humanas, Campus III

Comunicação Social – Jornalismo em Múltiplos Meios

Trabalho de Conclusão de Curso

Roteiro: Katellyn Tavares

Edição de áudio: Katellyn Tavares

Identidade Visual: Katellyn Tavares

Orientação: Prof^a Dr^a Andrea Cristiana Santos

APÊNDICE 2 – Teaser Escolas Plurais

VH SINO ESCOLA + SOM DE CRIANÇA (CAPCUT FREE)

SOBE BG Mindful Emotional Atmosph (ADOBE)

LOC1: Em 2023 a Bahia foi o quarto estado brasileiro no ranking de mortes violentas de pessoas LGBTQIAPN+. Os dados são do Grupo Gay da Bahia, que identificou 277 mortes por todo o território no ano, mantendo o Brasil como campeão no ranking de países que mais matam essa população.

LOC2: Uma pesquisa do Ministério da Educação, realizada em 2009, verificou que uma das formas de violência contra a população LGBT é a dificuldade de acesso e permanência em ambientes escolares devido ao preconceito e a violência que a população está exposta.

BG Mindful Emotional Atmosph (ADOBE)

SONORA LUHARA 2 - 0:01 a 0:29 : ~~sofri bastante preconceito é tanto no fundamental 1, quanto no 2, quanto no ensino médio, né. O fundamental 2 a gente depois que cresce que a gente percebe, né? O que era preconceito, que não era só uma brincadeirainha besta, né? Como chamam e já causa um trauma a gente já carrega esse trauma conosco aí quando crescemos a gente percebemos que realmente não era uma brincadeira era um preconceito, um bullying~~

TEC SOM DE GRAVADOR WHATSAPP (CAPCUT FREE)

SONORA ANDREY 3 - 0:16 a 0:31: A homofobia e a transfobia são fenômenos milenarmente estabelecidos na sociedade, e lutar contra um fenômeno cultural, ~~né?~~ Tão potente, ~~é,~~ infelizmente tão poderoso é muito difícil

SOBE SOM TRILHA Mindful Emotional Atmosph (ADOBE)

LOC3: Em 2024, discursos sobre diversidade de gênero e a inclusão de diferentes orientações sexuais já circulam em todos os setores de nossas vidas. Trazer esse debate para a área da educação é fundamental para criarmos um ambiente acolhedor e respeitoso, dentro e fora da

escola. Quer saber mais sobre diversidade e educação no Brasil? Vem ouvir o ‘Escolas Plurais: gênero e diversidade na educação’, produto experimental podcast criado por mim, Katellyn Tavares, como trabalho de Conclusão de Curso em Jornalismo em Múltiplos Meios, da Universidade do Estado da Bahia.

APÊNDICE 3 – Roteiro EP 1 “ABC LGBT”

TEC ‘DON’T FRET (YOUTUBE STUDIO)

LOC1: A diversidade de gênero e sexualidade é um tema complexo que merece receber mais atenção e destaque na sociedade. Mas antes de tudo, é preciso compreender os conceitos dessas duas palavras para entendermos por que elas são tão importantes, principalmente na educação. Eu sou Katellyn Tavares e esse é o *ABC LGBT*, o primeiro episódio do “Escolas Plurais”, produto experimental podcast apresentado como Trabalho de Conclusão do curso de jornalismo em multimeios, pela Universidade do Estado da Bahia.

BG RELAXING CHILL BACKGROUND (CAPCUT FREE)

LOC2: Afinal, o que é identidade de gênero e orientação sexual? O canal de notícias CNN Brasil explica de uma maneira prática para você

SONORA CNN POP 0’59”: A identidade de gênero é sobre como a pessoa se sente, se enxerga, se identifica, como homem ou como mulher independentemente do sexo do seu nascimento ~~uma pessoa por exemplo pode nascer com sexo feminino e se identificar com ele ou ela pode nascer com sexo feminino, mas se identificar com sexo masculino e essa mesma pessoa pode não se identificar com nenhum dos dois gêneros ou com mais de um~~ já orientação sexual É sobre quem uma pessoa busca para se relacionar sexualmente ou afetivamente. Coisa importante gente, não existe opção sexual, ok? E quando falamos de orientação sexual as formas de se relacionar são várias tem quem busca por pessoas do sexo oposto ou do mesmo sexo ou dos dois ou se atrai por pessoas independente do gênero e por aí vai mas não importa orientação sexual ou identidade de gênero. ~~Aqui vai um recado importante Respeito é bom e é um direito de todos e todo mundo gosta, né?~~

LOC3: A filósofa norte-americana Judith Butler argumenta que o gênero é uma construção social e cultural, e parte de uma série de comportamentos e expressões que são repetidos e perpetuados ao longo do tempo. Saindo da América do Norte para a América do Sul, Paula Galrão, socióloga e professora na Universidade Federal do Vale do São Francisco, também refletiu sobre o que é identidade.

BG CHILL AND CALM ATMOSPHERE (CAPCUT FREE)

SONORA 3 PAULA GALRÃO - 2'13" a 2'40": ~~O que que é uma identidade?~~ O que é uma identidade social, sexual, de gênero, racial, se não uma construção imaginária, né? Imaginária no sentido de que não está relacionado a um biológico ou algo concreto, ela tá relacionada às relações sociais, né, que se configuram na sociedade, e não é por causa disso que elas são falsas, mas é a maneira como elas se constituem, né? E por causa disso, elas são efêmeras, transitórias, são contingentes, são fluidas, né?"

LOC4: Mas como tudo isso está relacionado à educação? Guacira Louro, socióloga brasileira que investiga a representação de gênero e a sexualidade na educação e na cultura brasileira, acredita que a escola deve ser um espaço neutro para tratar do assunto. Ela e Galvão concordam que a educação deve ser usada como uma ferramenta essencial para construir o senso comum e crítico de uma pessoa, para assim combater a discriminação e promover a diversidade.

SONORA 3 PAULA GALRÃO - 13" a 1'15": as questões das identidades, né, a maneira como ela é debatida, como ela é construída, seja ela identidade sexual, de gênero, racial, né? Ela ela é problematizada nas escolas da mesma maneira que ela é problematizada no senso comum, né, no cotidiano das pessoas, que pensa a identidade de uma maneira absoluta, fechada, né natural, normalmente pautada numa ideia de biológico, seja de raça, ou seja de de gênero, seja sexualidade, né? E quando você pensa a identidade segundo esse ponto de vista, todas as demais identidades elas são vão ser vistas no parâmetro do que é o certo, do que é o errado, do que é o normal, do que é o patológico, do que é a norma, do que é objeção, né? Então quando se vê a identidade dessa forma, normalmente a prática, seja ela na escola ou na sociedade como um todo, vão ser práticas excludentes, né? Porque elas vão se basear naquele raciocínio "A minha identidade é verdadeira e a sua é a falsa"

LOC5: A Doutora em educação e gênero, Camila Roseno, reforça a necessidade das políticas educacionais em gênero e sexualidade para o combate à discriminação, preconceito e violência baseados na orientação sexual e identidade de gênero, pensando principalmente na escola como um ambiente para expressão dessas demandas políticas e também de construção de alternativas práticas.

LOC6: Um dos empecilhos para a abordagem das temáticas de gênero, diversidade e sexualidade, dentro dos ambientes educacionais foram os vetos no Plano Nacional de Educação, um documento que estabelece as diretrizes e metas para a educação no Brasil. Isso

porque em abril de 2014, durante a construção do Plano, o movimento "Escola sem partido" alegou que a inclusão de discussões sobre diversidade e gênero poderiam se configurar como uma forma de doutrinação ideológica nas escolas, como explicou Camila Roseno durante uma live no instagram.

SONORA LIVE CAMILA ROSENO 01'55" a 03'36": 'Dentro do mote da Escola sem partido eles colocam' 'foi cortado obviamente, eles saíram cortando tudo'.

BG DON'T FRET (YOUTUBE STUDIO)

LOC7: É com essa fala de Camila Roseno que nós encerramos o primeiro episódio deste podcast, conscientes de que o movimento Escola sem partido conseguiu e, de fato, influenciou no resultado do que viria a ser o Plano Nacional de Educação, elaborado lá em 2014, quando o conhecimento e os debates sobre questões de gênero ainda eram muito restritos à causa. Mas não sai daí, no próximo episódio a gente vai conversar sobre como estão os desafios para a inclusão da comunidade LGBTQIAPN+, após dez anos do começo dessa celeuma, no cenário juazeirense.

ENCERRAMENTO: Essa produção é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso de Jornalismo em Multimeios da Universidade do Estado da Bahia, Campus Juazeiro, criado por mim, Katellyn Tavares, sob a orientação da professora Andrea dos Santos.

SOBE BG DON'T FRET (YOUTUBE STUDIO)

APÊNDICE 4 – Roteiro EP 2 “Escola plural”

BG DON'T FRET (YOUTUBE STUDIO)

LOC8: Em 2016 os resultados de uma pesquisa nacional sobre o ambiente educacional no Brasil, realizada pela Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, a ABGLT, abordou a experiência dos estudantes LGBTQIAPN+ em instituições de ensino, revelando questões importantes. Entre os desafios apontados pelos 1016 participantes da pesquisa, destacam-se a discriminação, bullying, falta de políticas de inclusão e dificuldade de encontrar apoio e suporte dentro das escolas. Muitos estudantes LGBTQIAPN+ relataram o sentimento de insegurança, exclusão, entre outras questões, o que impacta diretamente no bem-estar e rendimento dessa pessoa dentro do ambiente escolar.

LOC9: É sobre a inclusão da Comunidade LGBTQIAPN+ nas escolas do Brasil que o segundo episódio do nosso podcast vai procurar refletir. Eu sou Katellyn Tavares, e esse é o “Escolas Plurais”, um produto experimental apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso em Jornalismo em Múltiplos Meios, pela Universidade do Estado da Bahia.

BG JULY (YOUTUBE STUDIO)

LOC10: Em relação à importância da escola no combate à homofobia e a proposição de uma educação mais libertadora, as pesquisadoras Rossana Maria Marinho Albuquerque e Jullyane Teixeira consideram que a escola faz parte da nossa vida social e que, por isso, as discussões sobre igualdade de gênero e diversidade estão presentes nas escolas, e as lutas pelo poder e os diferentes modelos de pessoa e sociedade se manifestam não só dentro da escola, mas também fora dela. Rossana e Marinho ressaltam que, quando as escolas se comprometem em respeitar as diferenças e promover a igualdade, há mais chances de que a perspectiva de respeito ao outro se fortaleça.

LOC11: É importante trazer essa reflexão de Marinho e Teixeira pois, quando voltamos ao cenário da pesquisa nacional da ABGLT, 73% dos estudantes relataram que já foram agredidos verbalmente por causa de sua orientação sexual, enquanto 68% apontavam terem sido agredidos verbalmente na escola por causa de sua identidade/expressão de gênero. A socióloga Paula Galvão reforça que a instituição de ensino é um espaço construtivo, mas acaba sendo reflexo da sociedade.

SONORA 1 PAULA GALRÃO 04'31" a 05'13": ~~a legislação versa sobre o conteúdo que deve ser abordado na escola. É claro que versa também sobre a forma, mas eu acho que aí que tá um problema, é a forma, entende? É a maneira como a escola aborda esses conteúdos. Que é uma maneira conteudista, entende? A escola ela não é a protagonista de uma educação crítica, de uma educação que desestabilize as bases do conhecimento, que ensine a um aluno a ser um aluno contestador, que seja um aluno que aprenda a desnaturalizar certas verdades, né, então estamos falando aí de uma escola que acima de tudo é crítica.~~

BG DON'T FRET

LOC12: Luhara D'ávilla, enquanto estudante, buscou transformar a sua escola nesse espaço construtivo e acolhedor da população LGBTQIAPN+. Luhara foi a primeira travesti eleita como presidente do grêmio estudantil do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães, escola estadual no município de Juazeiro.

SONORA 1 LUHARA DAVILLA 58" a 01'47": a ideia, né, a necessidade de de fundar um grêmio estudantil no Colégio Modelo veio justamente pela necessidade dos alunos terem voz, uma voz ativa, uma voz que realmente defendem os interesses dos dos Estudantes daquela determinada unidade estudantil e não somente aceitassem o que viessem para ele, né É para eles. Então assim foi realmente querer defender os direitos dos estudantes, defender os estudantes dentro daquela unidade estudantil, como também fora, e é disseminar o movimento estudantil, apresentar para eles o que era um movimento estudantil, que era um movimento ativista, o que era um movimento, é, LGBT, ou seja, vários movimentos sociais.

BG JULY

LOC13: Infelizmente, antes de tomar posse no grêmio estudantil, Luhara não deixou de fazer parte daquela estatística de estudantes LGBTQIAPN+ que sofreram homofobia dentro do ambiente escolar.

SONORA 2 LUHARA DAVILLA 39" a 1'12": Me lembro, me recordo logo no primeiro ano pós pandemia, né? ~~Voltando às aulas pós pandemia,~~ faltando dois meses de eu tomar posse pro grêmio estudantil, eu fui retirada eh do banheiro feminino pela inspetora ~~da~~ do piso por por entre aspas, né, não ser uma mulher, e porque outras meninas poderiam se sentir constrangida, né? Aí surge o questionamento: que mulher se sente constrangida com outra mulher? E aí a gente já vê que é outro preconceito, até mesmo dos profissionais

SONORA 2 LUHARA DAVILLA 1'39" a 1'54": Em resposta a essa transfobia, a esse preconceito que eu sofri ali dentro, foi que eu lutei incansavelmente por um banheiro inclusivo, né? O banheiro social que é o que prevalece até hoje no Colégio Modelo

LOC14: Andrey Anthony, Presidente do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da População LGBT+, comenta como o órgão vem tentando se relacionar com as instituições de ensino espalhadas pelo território juazeirense para mudar essa realidade.

BG DON'T FRET

SONORA 4 ANDREY ANTHONY 04" a 23": Nós temos um vínculo importante, mas ainda não suficiente com a ~~Secretaria de Saúde~~ então a Secretaria de educação, aliás. Nós já realizamos a capacitação com todos os servidores acerca do público LGBTQIAPN+ e combate a homofobia e transfobia na educação

SONORA 6 ANDREY ANTHONY 0'59" a 1'30": Mas sabemos também que são muitos colégios ~~na escola~~ que ainda não chegaram a desenvolver esse tema com seus alunos, até porque é uma barreira muito grande por conta do estigma né, e da falsa ideia de que que o fato de você discutir esse assunto você está influenciando os jovens a se tornarem lgbts, e aí existe uma uma série de mitos e de fantasmas, né, em torno da da causa LGBT ser tratada com menores de idade.

LOC15: Pois é, como Andrey mencionou, a aproximação do Conselho com as escolas não está ainda num cenário ideal. Apesar de conseguir manter uma relação boa com algumas instituições, a relação conselho-escola ainda deixa a desejar.

SONORA 4 ANDREY ANTHONY 51" a 1'24" :~~E a gente tem alguém tem~~ tem alguns algumas escolas, né? Que nós temos um vínculo bom, e abertura, para tratar desse assunto. Agora ainda não é o suficiente, não é da forma adequada que a causa requer, então nós nós ainda temos casos de transfobia ocorrendo nas instituições de ensino, inclusive é ~~nossa maior~~ ~~nosso mais~~ nossa maior demanda aqui, de transfobia, especificamente né em relação aos professores, aos aos agentes públicos da educação, respeitar o nome social desse segmento.

LOC16: É por situações como as que a Luhara passou, que a inclusão de temas relacionados ao gênero e sexualidade nas escolas são necessários. Não se trata de defender uma "ideologia", como justifica o Escola sem partido, movimento que a gente mencionou no

primeiro episódio, mas sim da necessidade de promover um ambiente educacional mais inclusivo e respeitoso. Tratar desses assuntos num local como a sala de aula e a escola de um modo geral vai contribuir para a formação de estudantes e profissionais da educação mais conscientes, críticos, capazes de compreender e respeitar a diversidade. E é sobre a criação de políticas públicas e iniciativas que buscam promover essa inclusão que a gente vai conversar no terceiro episódio do Escolas Plurais.

BG DON'T FRET

ENCERRAMENTO: Essa produção é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso de Jornalismo em Multimeios da Universidade do Estado da Bahia, Campus Juazeiro, criado por mim, Katellyn Tavares, sob a orientação da professora Andrea dos Santos.

APÊNDICE 5 – Roteiro EP 3 “Desconstruindo o futuro”

BG DON'T FRET

LOC17: É importante reconhecer que a educação desempenha um papel fundamental na desconstrução de preconceitos e estereótipos, contribuindo para a construção de um ambiente escolar acolhedor e seguro para todos. A falta de políticas públicas que incentivem a diversidade no ambiente educacional sustenta a exclusão e a discriminação vivenciadas pela comunidade LGBTQIAPN+. No terceiro e último episódio dessa temporada do nosso podcast vamos conversar a respeito das iniciativas e incentivos para promover a diversidade, especificamente no município de Juazeiro, Bahia. Eu sou Katellyn Tavares, e esse é o “Escolas Plurais”, um produto experimental apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso em Jornalismo em Múltiplos Meios, pela Universidade do Estado da Bahia.

BG LOS ENCINOS

LOC18: Deveria ressaltar, logo no início desse episódio, que não é apenas no quesito educação que a comunidade LGBTQIAPN+ fica à margem, são pouquíssimas as leis e políticas públicas que resguardam essa população. Em 2019 a comunidade LGBT da cidade baiana Juazeiro ganhou um Conselho de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa LGBT. Apesar do meio de suporte a essas pessoas, o presidente Andrey Anthony relata que há algumas dificuldades para a atuação do Conselho.

BG JULY

SONORA 2 ANDREY ANTHONY 01” a 14”: o Conselho vem trabalhando principalmente na questão deliberativa, que é pensar, melhorar e propor novas políticas para o público LGBTQIAPN+, e a questão fiscalizatória.

SONORA 3 ANDREY ANTHONY 08” a 47”: os desafios que o Conselho enfrenta na garantia de promoção da diversidade é a falta de recurso, né? A gente não tem não tem verba específica para a política pública de diversidade. E resistência da população, né a homofobia, transfobia são fenômenos milenarmente estabelecidos na sociedade e lutar contra um fenômeno cultural, né? Então tão potente então é infelizmente tão poderoso é muito difícil, mas a gente vem caminhando, né caminhando a passos lentos ~~lentes mais caminhando, né?~~ Então o principal a principal dificuldade, realmente é aceitação da causa LGBT como legítima é importante para construção da sociedade mais livre.

BG DON'T FRET

LOC19: No cenário educacional, o Núcleo de Cidadania de Adolescentes, o NUCA, que atua no município busca mobilizar jovens entre 12 e 18 anos, para discutir sobre questões que impactam ou irão impactar suas vidas. O NUCA é uma instância de participação social criada pela UNICEF. Uma das temáticas abordadas pelo Núcleo é a equidade de gênero. Greice Alves, mobilizadora do NUCA Juazeiro explica como o Núcleo tenta atuar acerca do assunto.

BG LOS ENCINOS

SONORA 2 GREICE ALVES 15” a 2’14” : quando a temática da lgbtfobia surge como uma preocupação em um determinado espaço na escola, enfim, os membros do NUCA é buscam estratégias para abordar e também combater esse problema uma das formas é através de sensibilizações e formações como a formação para gestores além de promover discussões sobre os direitos da comunidade lgbtqiapn mais essa habilidades elas visam educar e conscientizar os profissionais da educação sobre a importância de criar ambientes escolares, inclusive e também respeitados para todos os estudantes independentemente Da orientação sexual identidade de gênero

BG DON'T FRET

LOC20: Assim como a proposta do NUCA, com conversas abertas, conhecimento e ações reais, podemos fazer com que as escolas se tornem lugares onde todas as pessoas são valorizadas e incluídas de verdade. A diversidade é algo que nos enriquece e deve ser comemorada e aceita em todos os lugares, especialmente na educação. A socióloga Paula Galvão no entanto, ressalta que a dificuldade para esse avanço vai além das paredes da escola.

BG JULY

SONORA 1 PAULA GALRÃO 21” a 1’25”: quando a gente está falando de diversidade promoção da diversidade, a gente tá falando da ruptura de certos paradigmas educacionais que não vão envolver apenas as questões de gênero. ~~Se a gente tiver pensando neles entende? Eles iriam repercutir é em questões relativas a identidade a diferença, né? Porque na verdade existem já já há muito debate na área de educação que diz respeito aos planos nacionais as diretrizes curriculares nacionais de inclusão da diversidade em geral e da diversidade de gênero no currículo entende? Porém a meu ver o que a é as questões que envolvem a diversidade na escola não estão centradas tão somente numa questão de legislação.~~

SONORA 1 PAULA GALRÃO 7'06" a 7'46"': eu penso a questão da promoção da diversidade de gênero de uma maneira muito mais complexa do que apenas a gente acrescentar legislações entende? E aí também se apresenta um problema não é um problema não precisa ser feito à forma, né? Porque vai preconizar uma política pública estrutural pra transformação dessa realidade, mas um problema muito sério que são as pessoas que estão operacionalizando essas políticas, né? Que é a moralidade a ética na cabeça dessas pessoas que estão operacionalizando essa política, né?

LOC21: Galrão reforça a sua visão de que as questões de diversidade de gênero na educação estão relacionadas a um problema estrutural. Ela e Greice acreditam que a formação continuada de profissionais da educação seria um dos principais pontos para facilitar a inclusão do tema no dia a dia do ambiente escolar.

SONORA 4 GREICE ALVES 22" a 1'22"': Algumas propostas de políticas que o núcleo que o NUCA considera é importante e que estão na nossa pauta é são tipo é a formação continuada porque nós acreditamos que promover programas de formação continuada para os professores gestores e demais profissionais da educação. É onde possa ser abordar temas como a diversidade de gênero a identidade de gênero e orientação sexual acolhimento aos estudantes a inclusão de temas lgbtqiapn, mas no currículo escolar. É onde incorporar eh conteúdos que abordem a diversidade sexual E de gênero nos currículos escolares de maneira que seja adequada para cada faixa etária isso vai contribuir para a conscientização e também respeito desde as fases iniciais da educação

BG DON'T FRET

LOC22: Já a estudante Luhara acredita no poder do diálogo, da escuta, para que a construção de políticas públicas tenham a participação do público alvo e de fato sejam inclusivas, garantindo a promoção da diversidade.

BG LOS ENCINOS

SONORA 5 LUHARA: eu acho que a maior política pública que a gente pode fazer. Principalmente aqueles que tiverem um maior poder né? É a escuta não se pode desenvolver políticas públicas para uma determinada classes se essa determinada classe eh não estiver presente não estiver participando dessa construção dessa política sabe e conhecer realmente a história a bagagem de uma pessoa transexual ali sim. Vai lhe dar o direito de você parar um

pouco de colocar no lugar daquela pessoa ou até mesmo se for uma pessoa trans que implemente essa política pública perfeitamente, mas não se faz não se faz política para pessoa estranhas e travestis sem a presença de pessoas TRANS e travestis. E a educação eu creio que entra nessa parte de disseminar informação de terminar o o conhecimento, né dessa postura de escuta do respeito e do acolhimento porque tudo isso trabalha juntos trabalham eh trabalho interligados, né, mas é isso é importante termos espaços informativos é uma das melhores estratégias que tem pra gente é espalhar a informação e pra gente informações para a gente desmistificar tudo aquilo que as pessoas se espalham é erroneamente, né? Sem umas coisas assim fundamento então teu espaço formativo ter essa postura de escuta do respeito e do acolhimento são os melhores caminhos que temos a seguir para uma sociedade, é, com menos preconceito.

BG DON'T FRET

LOC23: Para avançarmos rumo a uma sociedade mais justa e inclusiva, é essencial que sejam implementadas políticas públicas efetivas que promovam a diversidade, o respeito às diferenças e a igualdade de direitos no ambiente educacional. Somente assim poderemos garantir que todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual, identidade de gênero ou expressão, sintam-se seguras e respeitadas em seu processo educacional.

ENCERRAMENTO: Essa produção é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso de Jornalismo em Multimeios da Universidade do Estado da Bahia, Campus Juazeiro, criado por mim, Katellyn Tavares, sob a orientação da professora Andrea dos Santos.

SOBE SOM BG DON'T FRET

APÊNDICE 6 – IDENTIDADE VISUAL DO PODCAST

Capa Principal



Capa – Episódio 1



Capa – Episódio 2



Capa – Episódio 3

